MONUMENTUM

TJDFT – Primeira Vice-Presidência – SEGD – SERAMI – Ano V, nº 35, Abril de 2015

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios: 50 Anos + 5 de História

Em 21 de abril o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios comemorou 55 anos de sua inauguração. A 35ª edição do informativo histórico Monumentum homenageia a história do TJDFT, o Tribunal de Brasília.

Anos 60

uma nova capital, um novo tribunal...

Desde os tempos da colonização, a necessidade de expansão territorial, aliada a maior segurança contra invasões externas, fizeram da ideia de um Tribunal de Justiça no Planalto Central do Brasil uma boa opção estratégica. Mas apenas em 21/04/1960, quando Juscelino Kubistchek, então Presidente da República, inaugurou Brasília a Capital foi transferida para região central. Na mesma data, a nova Capital ganhou um novo tribunal: o TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, cuja instalação oficial ocorreu meses depois em 5/9/1960. Os primeiros Desembargadores do TJ foram: Hugo Auler, João Henrique Braune, Cândido Colombo Cerqueira e Márcio Ribeiro.

Primeiro endereço

esplanada dos ministérios, bloco 6

O primeiro endereço do TJDFT em Brasília foi a Esplanada dos Ministérios, no antigo Bloco 6, pois em seus primeiros meses de funcionamento, o Tribunal de Justiça não contava com verba suficiente para a própria manutenção, quanto mais para construção de uma sede própria. Nós dois andares emprestados do antigo Bloco 6 também estavam instalados outros órgãos do Poder Judiciário e a OAB. Apenas o Supremo Tribunal Federal, por possuir sede própria, não fora instalado na Esplanada dos Ministérios.

Inauguração do Palácio

Palácio da Justiça Ruy Barbosa

Como as instalações temporárias no antigo bloco 6 já não atendiam adequadamente a população de Brasília, o jornalista Pedro Paulo Luz Cunha – o Peluz – iniciou, em 1965, uma campanha para construção de uma sede para o TJ, cujo nome era: "Uma cidade sem fórum não tem foros de Cidade". Um dos que aderiram ao chamado foi o Presidente do TJDFT à epoca, Joaquim de Sousa Neto. Após inúmeras reuniões com autoridades locais e do governo federal, ele consegue a indicação de um arquiteto da equipe de Oscar Niemayer para elaborar o projeto do edifício sede. Em 5/09/1969, o Palácio da Justiça Ruy Barbosa foi finalmente inaugurado, em solenidade presidida pelo então Presidente Desembargador, Raimundo Ferreira de Macedo

Anos 70

1974, inauguração do bloco A

Um anexo para Palácio da Justiça já estava previsto no projeto inicial, elaborado em 1965, mas a inauguração do Bloco A só ocorre em março de 1974. Duas décadas depois, em 13/04/1998, outro anexo, o Bloco B, é inaugurado e recebe o nome do Desembargador Milton Sebastião Barbosa, Ex-Presidente do TJDFT. Em 2002, o bloco D, conhecido como Palacinho, veio integrar o complexo da circunscrição Judiciária de Brasília que também conta com os Fóruns Júlio Mirabete, José Júlio Leal Fagundes e Joaquim de Sousa Neto.

1976, novas cidades, novos fóruns

Se no início o Tribunal de Justiça lutava para ter sua própria sede, a partir da década de 70 passou a acompanhar o crescimento do Distrito Federal, inaugurando cinco novos fóruns apenas no ano de 1976: Taguatinga, Gama, Sobradinho, Planaltina e Brazlândia. Desde então, outros fóruns foram inaugurados: Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Paranoá, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Riacho Fundo e Guará.

ANOS 80
a 1ª Corregedora da Justiça no Brasil

Durante a década de 80, o Tribunal de Justiça elegeu a Desembargadora Maria Thereza de Andrade Braga Haynes para os cargos de Corregedora da Justiça do DF, 1984-1986, e Presidente do TJDFT, 1988-1990. Maria Thereza Haynes foi a primeira mulher a ocupar uma Corregedoria da Justiça no Brasil, além de ter sido a primeira – e única – mulher a ocupar a Presidência do TJDFT até o momento.

ANOS 90
Leis de Organização Judiciária

A uma lei de organização judiciária cabe organizar o funcionamento de todos os órgãos e entidades do Poder Judiciário. Até hoje foram editadas 11 leis de organização do Judiciário local, sempre com aumento do número de Varas da Justiça, de Desembargadores, de Juízes de Direito e de servidores. Em 1998, a Lei de Organização Judiciária n. 9.699, também regulamentou os Juizados Especiais no DF, com a criação de 60 (sessenta) novos juizados.

ANOS 2000
ampliando o acesso à Justiça...

Para oferecer uma "política judiciária adequada ao tratamento de conflitos", o Tribunal de Justiça desenvolve programas como o Justiça Comunitária, o Justiça Restaurativa e a Central Judicial do Idoso. A partir de 2009, o Sistema de Múltiplas Portas de Acesso à Justiça passa a agrupar todos os programas, sendo substituído em 2012, pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPECON, do qual também faz parte o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do DF – CJM. Um desses programas, o Justiça Comunitária, recebeu em 2005 o Prêmio Innovare, na Categoria Tribunal – por contribuir na devolução aos cidadãos e à comunidade da possibilidade de gerirem seus conflitos.

+ 5
PJe – Processo Judicial Eletrônico

Formulado pelo Conselho Nacional de Justiça, o PJe – processo judicial eletrônico – permite a disponibilização de todos os atos processuais eletronicamente. O programa foi lançado oficialmente pelo CNJ em 21/06/2011, em parceria com diversos tribunais e com a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. O serviço passou a ser oferecido em 25/07/2014, inicialmente nos Juizados Especiais Cíveis. Até abril deste ano, mais de 15 mil processos foram distribuídos eletronicamente no Tribunal de Justiça. Até o final de 2017 todas as Varas da Justiça do DF deverão utilizar o sistema processual eletrônico.

Responsabilidade Socioambiental

O Tribunal de Justiça também se destaca por suas ações socioambientais. Antes do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – regulamentar a implantação de unidades socioambientais no Poder Judiciário, em 2015, o TJ já desenvolvera seu Programa de Responsabilidade Socioambiental: o Viver Direito, criado em 2010.

A construção do Fórum Verde foi marco na adoção de padrões sustentáveis nas obras seguintes do Tribunal. A busca do consumo racional de recursos naturais, a compra de ônibus movidos a biodiesel, a adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P – são exemplos de projetos da agenda socioambiental do TJ que, em 2014, recebeu o Selo Verde concedido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Novos Painéis no Memorial TJDFT

O Memorial TJDFT – Espaço Desembargadora Lila Pimenta Duarte disponibiliza painéis, fotos, objetos, livros e processos judiciais que marcaram a trajetória do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e, por ocasião do aniversário de 55 anos do TJDFT, em breve colocará em exposição dois novos painéis narrando a historia do Tribunal nos últimos cinco anos. O Memorial TJDFT funciona no 10º andar, Bloco A, Ala A e encontra-se aberto para visitações de segunda a sexta, 12h às 19h – público externo e interno. Para maiores informações sobre os eventos, acesse o site do Centro de Memória Digital: www.tjdft.jus.br/institucional/centro-de-memoria-digital.

EXPEDIENTE

Des. Getúlio de Moraes Oliveira
Presidente

Desa. Carmelita Brasil
1º Vice-Presidente

Des. Waldir Leôncio Júnior
2º Vice-Presidente

Des. Romeu Gonzaga Neiva
Corregedor

Serviço de Apoio à Memória Institucional – SERAMI
Conteúdo e Redação

Assessoria de Comunicação Social – ACS
Projeto Gráfico e Diagramação